



DEFENSORIA PÚBLICA  
AMAPÁ

CONSELHO SUPERIOR  
RESOLUÇÃO N.º 100/2024/CSDPEAP

Regulamenta o gozo e a indenização das folgas compensatórias para Membros e Servidores.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** que ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá compete exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias (art. 15, caput e art. 19, Inciso I da Lei Complementar Estadual 121/2019; art. 102, caput da Lei Complementar Federal 80/1994 e do Regimento Interno do CSDPEAP;

**CONSIDERANDO** que o Art. 102, § 1º da Lei Complementar Estadual n.º 121/2019 estabelece que as folgas compensatórias não gozadas poderão ser indenizadas, na forma definida pelo Conselho Superior, apenas quando houver disponibilidade orçamentária.

**R E S O L V E**

**Art. 1º.** O Defensor Público-Geral poderá conceder aos membros e servidores, por meio de portaria, folgas compensatórias em virtude da designação para atuação em plantões, mutirões, ações e atividades extraordinárias de interesse da instituição.

~~**Art. 2º.** As folgas concedidas, nos termos desta resolução, poderão ser indenizadas, a pedido, tomando-se como parâmetro a remuneração do mês em que ocorrer a atuação, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira da instituição.~~

**§1º.** O valor de cada dia de folgas corresponderá:

~~I - Membros: 1/30 (um trinta avos) do subsídio do membro de classe especial;~~

~~II - Servidores: 1/30 (um trinta avos) do salário base do cargo em Comissão CCDP-4;~~

**Art. 2º.** As folgas concedidas, nos termos desta resolução, poderão ser indenizadas, a pedido, tomando-se como parâmetro a remuneração do mês em que ocorrer o pagamento, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira da instituição.

**§1º.** O valor de cada dia de folgas corresponderá:

I - Membros: 1/30 (um trinta avos) do subsídio do membro;

II - Servidores: 1/30 (um trinta avos) do salário base do servidor.  
*(Redação dada pela Resolução n.º 118/2025/CSDPEAP)*

**§2º.** Uma vez deferido o gozo da folga compensatória, não caberá posterior conversão em



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

pecúnia, salvo revogação a pedido calcado em ato superveniente da administração superior;

**§3º.** As folgas não usufruídas no ano subsequente ao da aquisição poderão ser convertidas em pecúnia de acordo com cronograma a ser estabelecido por ato do Defensor Público-Geral.

**Art. 3º.** As folgas adquiridas anteriormente à vigência da Lei Complementar n.º 146, de 22 de dezembro de 2022, não poderão ser objeto de conversão em pecúnia, devendo ser usufruídas até o final do ano subsequente à publicação desta Resolução.

**Art. 4º.** Quando se tratar de conversão em pecúnia não paga no mesmo exercício do requerimento, esta poderá ser liquidada preferencialmente no ano seguinte, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da própria instituição.

**Parágrafo único.** O pagamento da indenização será realizado conforme edital publicado pelo Defensor Público Geral que deverá respeitar a equidade entre a quantidade de dias indenizados para membro ou servidor.

**Art. 5º.** O limite para o exercício do direito de folga será de 05 (cinco) dias úteis por mês, limitados a 30 (trinta) dias úteis por ano.

**Parágrafo único.** O limite previsto no *caput* poderá ser excepcionado, mediante requerimento devidamente fundamentado, no qual o requerente deverá demonstrar o fato extraordinário, caso fortuito ou força maior que dá ensejo a exceção, cujo deferimento cabe à Corregedoria-Geral.

**Art. 6º.** As folgas adquiridas nos termos da resolução que regulamenta os Plantões a serem realizados no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amapá poderão ser indenizadas nos termos desta Resolução.

**Art. 7º.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Defensor Público-Geral.

**Art. 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá/AP, 20 de fevereiro de 2024.

**JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO**

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá

**ELENA DE ALMEIDA ROCHA**

Subdefensora Pública-Geral - Conselheira Nata

**EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS**

Corregedor-Geral - Conselheiro Nato

**PEDRO VINÍCIUS FERREIRA PINTO**

Conselheiro Eleito

**RENATA GUERRA PERNAMBUCO**



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

Conselheira Eleita

**MARIANA FERNANDES CARDOSO**

Conselheira Eleita

**NICOLE VASCONCELOS LIMA**

Conselheira Eleita

**GABRIEL CORREIA DE FARIAS**

Conselheiro Eleito